

Escolas vão ao CEF discutir o repasse

BRASÍLIA — O Presidente do Sindicato das Escolas Particulares do Município do Rio de Janeiro, Paulo Sampaio, entrará com recurso hoje no Conselho Federal de Educação (CEF) para que seja revisada a deliberação 141 do Conselho Estadual de Educação do Estado, que delimita o repasse dos salários de professores em 50 por cento para as semestralidades escolares.

Para isso, Sampaio reuniu a documentação das negociações entre os sindicatos de outros Estados e os respectivos Conselhos de Educação, que já obtiveram um repasse de até 100 por cento dos salários de professores às semestralidades.

Esta solicitação, apesar de partir do Sindicato das Escolas Particulares do Município do Rio, conta com o apoio de outros quatro Sindicatos do Estado: de Niterói, Baixada Fluminense, Volta Redonda e Faculdades Particulares.

Se não conseguir nenhuma alteração com o Conselho Federal de Educação, Sampaio pretende entrar com um mandado de segurança contra o Secretário de Educação do Rio de Janeiro. O MEC passou a competência da fixação e o reajuste dos encargos educacionais cobrados pelos estabelecimentos particulares de ensino aos Conselhos Estaduais no dia 12 de janeiro, através do decreto 93.911, Depois de baixar as portarias 4 e 5, fixando os reajustes das semestralidades de 87, em 35 por cento sobre os valores cobrados no segundo semestre de 86.

Neste mesmo decreto, o MEC estabelece que a escola só poderá pleitear um reajuste maior que 35 por cento "se este se revelar insuficiente às necessidades financeiras dos estabelecimentos de ensino, mediante justificativa detalhada, acrescida de indicadores físico-financeiros, inclusive documentação contábil".